

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COMUNITÁRIO A PARTIR DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Rodrigo da Silva Almeida¹
Dionísio Sousa da Silva²
Mariana Lemos Braz³
Maria Sônia da Silva Crispim⁴
Thalita Carla de Lima Melo⁵

Psicologia



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

A Psicologia da Libertação de Martín-Baró é uma abordagem crítica que parte da realidade social vivenciada pelos povos latino-americanos para depois construir um conhecimento teórico relevante, indo além da convencional constatação e interpretação dos fatos. Objetiva libertar o ser humano da alienação produzida por uma minoria dominante, onde o psicólogo social tem um importante papel mediador. Influenciou a Psicologia Comunitária no Brasil, que surge a partir da busca da legitimação de uma Psicologia menos elitizada e mais voltada aos problemas sociais. A contribuição da Psicologia da Libertação para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária é apontar para a necessidade de se desenvolver uma prática propondo a visão dos processos psicossociais a partir da vertente do dominado, ao invés de enxergá-lo da vertente do dominador. O psicólogo comunitário vai então atuar primeiramente levantando as necessidades da comunidade (método a *posteriori*) para depois tentar mudanças sociais. Diante da realidade sócio-histórica brasileira, existe a necessidade de uma mudança social a partir da libertação da Psicologia Comunitária. Assim, a atuação do psicólogo comunitário no Brasil pode se inspirar nessa proposta com o objetivo de construir uma Psicologia capaz de ajudar a comunidade a se libertar dos condicionamentos que a estrutura social lhe impõe.

PALAVRAS-CHAVE

Psicologia da Libertação. Psicologia Comunitária. Atuação do Psicólogo.

ABSTRACT

The Liberation Psychology of Martín Baró is a critical approach of the social reality experienced by Latin American people and then build a relevant theoretical knowledge, going beyond the conventional observation and interpretation of facts. Aims to free human beings from alienation produced by a dominant minority, where the social psychologist has an important mediating role. Influenced the Community Psychology in Brazil, which arises from the search to legitimize a less elitist Psychology and more geared to social problems. The contribution of Liberation Psychology to the development of Community Psychology is to point to the need to develop a practical proposing the vision of psychosocial processes from the part of the dominated, rather than see it dominating the shed. The community psychologist will then act first raising the community's needs (method a posteriori) and then try to social change. Given the Brazilian socio-historical reality, there is a need for social change from the release of Community Psychology. Thus, the actions of community psychologist in Brazil can inspire this proposal in order to build a Psychology able to help the community to get rid of the constraints that the social structure requires it.

KEYWORDS

Liberation Psychology. Community Psychology. The Psychologist Working.

1 INTRODUÇÃO

Ignácio Martín-Baró nasceu no dia 7 de novembro de 1942, em Valladolid, na Espanha. Por volta de 1961 começou a estudar psicologia, tornando-se docente na Universidade Centro-americana José Simeón Canás (UCA) de El Salvador. Envolveu-se na guerra civil salvadorenha, fator que foi determinante na temática de sua obra científica, marcada pelos acontecimentos históricos dos quais foi protagonista direto. Publicou vários artigos e livros, entre os quais se destacam: *Psicodiagnóstico da América Latina* (1976) e *Problemas de Psicología social y América Latina* (1976). Em sua pesquisa social, abordou vários temas, como: a identidade social, o fatalismo, a violência e a guerra, a mulher, o machismo, a família e a psicologia política. Dedicou-se à defesa dos direitos humanos, da igualdade e da justiça social em El Salvador. Foi assassinado em 16 de novembro de 1989 por uma seção das Forças Armadas salvadorenhas (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Assim, tendo em vista sua própria trajetória intelectual, política e profissional, Martín-Baró se propôs a uma Psicologia da Libertação, comprometida com os sofrimentos, lutas e aspirações dos povos. Sua psicologia influenciou a Psicologia Social brasileira, principalmente a Psicologia Comunitária. Essa influência foi tão intensa que em alguns momentos se torna difícil diferenciá-las, tamanha é a incorporação desta última dos pressupostos de Martín-Baró.

Dessa forma, assim como os povos da América Latina, o Brasil também possui um contexto histórico marcado pela exclusão e pela desigualdade social, terreno fértil para a prática do psicólogo comunitário com o objetivo de libertar esses indivíduos.

Nesse sentido, o presente artigo consiste numa revisão bibliográfica sobre a temática da atuação do psicólogo comunitário a partir da Psicologia da Libertação. Foram pesquisados nas plataformas digitais Google Acadêmico, Scielo e BDOT (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e na biblioteca do campus do Centro Universitário Tiradentes- UNIT, as seguintes palavras-chave: psicologia da libertação, psicologia comunitária, intervenção psicológica e psicologia social. O resultado dessa pesquisa ensejou dar visibilidade na possibilidade de atuação do psicólogo como agente de transformação social.

2 A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Psicologia da Libertação foi apresentada por Ignacio Martín-Baró, psicologia que se propõe comprometida com os sofrimentos, lutas e aspirações das maiorias populares. Seu objetivo era realizar uma psicologia social crítica, que partisse dos problemas sociais para só depois chegar a um conhecimento teórico relevante. Logo, é a própria realidade social quem define a pertinência das teorias para a compreensão e transformação dessa realidade social (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). Na opinião dele: “A Psicologia deve trabalhar para libertação dos povos latino-americanos, um processo que [...] incorpora tanto uma ruptura com as cadeias da opressão pessoal como com as cadeias da opressão social” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 192).

Martín-Baró (1998) propõe três aspectos que, em sua opinião, são essenciais para a construção de uma Psicologia da Libertação:

[...] que a Psicologia descentrasse a sua atenção de si mesma, de seu status científico e social, para se dedicar, eficazmente, a atender os problemas dilacerantes das maiorias populares latino-americanas; que procurasse uma nova forma de buscar a verdade nas próprias maiorias populares; e que iniciasse uma nova práxis psicológica que, ao contribuir para a transformação do homem e da sociedade latino-americanos, nos permitisse conhecer alguém não somente por aquilo que de fato é, mas também pela sua negatividade, isto é, em todas aquelas potencialidades negadas pelos ordenamentos sociais atuais. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 212).

Criticou o modelo positivista e fez uma revisão das teorias produzidas nos territórios norte-americano e europeu, ao mesmo tempo em que enfocou a realidade de El Salvador e da América central naquele seu presente, assumindo a não neutralidade

da ciência e o compromisso político do pesquisador (SILVA, 2012). A razão dessa crítica é o fato de o cientificismo investigar apenas o “como”, desconsiderando o “quê”, o “por que” e o “para quê”, processo que deixa de lado significados que para ele são muito importantes.

Além disso, o não reconhecimento de nada mais além do dado leva o positivismo a ignorar aquilo que não existe, mas que poderia ser historicamente possível, caso fossem oferecidas outras condições. Isso contribuiu para fazer com que a Psicologia e especialmente a Psicologia latino-americana tenha servido predominantemente aos interesses das minorias dominantes (MARTÍN-BARÓ, 1986), processo que não tem sido diferente no Brasil.

A proposta de uma Psicologia da Libertação objetivou libertar o ser humano da alienação produzida por uma minoria detentora do poder político-econômico, atribuindo-lhe uma maior capacidade de autonomia e senso crítico para transformar a sua realidade social, onde o psicólogo social tem um importante papel mediador. Segundo Martín-Baró (1986, p. 182):

[...] O importante é perguntar-nos se, com a bagagem psicológica de que dispomos hoje, podemos dizer e, sobretudo, fazer algo que contribua significativamente para dar resposta aos problemas cruciais de nossos povos. [...] a preocupação do cientista social não deve centrar-se tanto em explicar o mundo, mas em transformá-lo.

Para ele, a libertação deveria, então, estender-se até os “porões” da personalidade dos indivíduos, visando rastrear ali “ditaduras privas” e “escravidades”. Entretanto, o autor expõe que todo esse esforço para libertar o ser humano das suas escravidades, ficou, de certa forma, desacreditado, pois a Psicologia tem sido alvo de uma de suas acusações mais graves: ter servido aos interesses das classes dominantes, sendo rotulada como uma “mera ideologia” que contribuiu para manter a opressão social, fato não diferente para a Psicologia latino-americana. Em sua concepção, para reverter esse quadro, a Psicologia deveria submeter-se, ela mesma, a um processo de libertação (MARTÍN-BARÓ, 1998). Assim:

Devemos libertar a Psicologia daqueles lastros teóricos e técnicos que a marginalizam dos justos anseios das maiorias populares; devemos libertar a nós, psicólogos latino-americanos, de todas aquelas travas que nos impedem de colocar-nos a serviço de povos oprimidos e oferecer o melhor de nossa capacidade científica para a transformação de nossas sociedades. Evidentemente, eu não tenho uma fórmula mágica sobre como conquistar essa libertação da Psicologia e

dos psicólogos e, definitivamente, não me toca definir isso (...). A comunidade de psicólogos latino-americanos deve colocar-se em marcha, com toda a ruptura que isso demanda. Sem ingenuidades e falsos redentorismos, já que não somos nós os chamados para resolver os grandes problemas de nossos povos [...]. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 214).

Dessa forma, o psicólogo não deve se desviar da sua “responsabilidade histórica”. Ou seja, contribuir com o seu saber para a resolução desses grandes problemas das maiorias oprimidas, sendo necessária para isso a superação da concepção individualista de libertação psicológica, pois é impossível conceber uma verdadeira libertação interior que não contenha uma libertação exterior. Entretanto, na opinião dele é um erro pensar na Psicologia da Libertação como um momento de ruptura, pois a libertação é um processo, que tem como seu ponto de partida a quebra das “cadeias da alienação”. O objetivo da Psicologia da Libertação consiste em “contribuir para construir um homem novo em uma sociedade nova” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 215).

Ou seja,

[...] Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal-estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de todos não exija a desumanização de todos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 23).

O autor ainda cita que a tarefa que deveria ser prioridade dos psicólogos sociais é a configuração de uma Psicologia popular, objetivando estudar e cultivar, de uma forma sistemática “todos aqueles aspectos da Psicologia de nossos povos que tenham contribuído ou que possam contribuir para a sua libertação histórica” (MARTÍN-BARÓ, 1983, p. 216). Isso supõe primeiramente recuperar a memória histórica desses povos, como: costumes, formas de organização e trabalho, valores e normas que serviram ontem e que servirão hoje para a libertação. De forma bastante realista, ele chega à seguinte conclusão:

Sei que assumir como horizonte da Psicologia latino-americana a construção de uma Psicologia popular que canalize a libertação histórica de nossos povos contém uma alta dose de utopia. Mas atrevo-me a dizer que se trata de uma utopia de vida [...] que mantém, obstinadamente, a esperança de um amanhã diferente [...]. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 217).

Diante disso, o autor apresenta dois desafios para a Psicologia Social latino-americana: primeiramente olhar os problemas importantes de suas sociedades, tendo em vista que uma das “clássicas críticas” que são feitas à Psicologia, sobretudo à Psicologia Social, é sobre a sua relevância social, que tem sido nula à significativa resolução dos principais problemas sociais. Entretanto:

[...] o desafio para a Psicologia latino-americana não é o de tornar-se socialmente relevante; o desafio é orientar sua influência social potencial para o atendimento prioritário ou preferencial dos interesses dos grupos dominados, para os problemas das maiorias populares, para as esperanças e sonhos desses vastos setores da população latino-americana que continuam se debatendo com as exigências prosaicas de satisfação de suas necessidades materiais mais básicas. A relevância social irá se resumir a atender aqueles que ficaram marginalizados do processo social e do bem-estar superior que, historicamente, ofereceu a Psicologia (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 206).

O segundo desafio que ele coloca é sobre como se deve aplicar à ciência que versa sobre os problemas mais importantes dos povos desses países. Isso implica em duas questões: à da objetividade e a da sua universalidade. A objetividade refere-se ao fato de que, por uma questão ética, os psicólogos sociais não podem deixar de assumir posicionamentos diante de fenômenos como: o uso e abuso de drogas, o abuso sexual infantil ou a tortura, a violência, a guerra etc. Assim, “O que se pode e se deve existir é que tais fenômenos sejam analisados com todo o rigor e com abertura total aos dados da realidade, isto é, a objetividade não é o mesmo que imparcialidade” (MARTÍN-BARÓ, 1983, p. 211).

Já no que concerne à universalidade da Psicologia como ciência, o psicólogo:

[...] deve se empenhar mais em encontrar, em construir a verdade do homem latino-americano e nisso reside o melhor sentido da predição científica: não tanto em dizer o que ocorrerá a partir da situação atual, mas em possibilitar o que deve ocorrer contribuindo para tal um saber dialético. (MARTÍN-BARÓ, 1983, p. 211).

Essa universalidade da Psicologia reside, então, na necessidade de colocá-la a serviço das maiorias populares latino-americanas, sobretudo na reconstrução da ciência da Psicologia baseada nos interesses das angústias e esperanças históricas dessas maiorias (MARTÍN-BARÓ, 1983).

Finalmente, a proposta da Psicologia da Libertação foi inspirada na chamada “Teologia da Libertação”, teorização com base na fé religiosa que refletiu, estimulou

e acompanhou as lutas das massas marginalizadas latino-americanas, visando conseguir emergir com “voz própria” na História contemporânea. Ela se remete então, àquela “experiência pragmática” do povo de Israel sendo libertos da sua escravidão no Egito, que ao marchar pelo deserto, enfrentando muitos desafios, finalmente consegue chegar à terra prometida (MARTÍN-BARÓ, 1986).

3 A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Segundo Fiedler (2007), a Psicologia Comunitária é a área da Psicologia cujo objetivo é o estudo dos fatores psicossociais que permitem fomentar, desenvolver e manter o poder dos indivíduos; de forma que eles possam exercer o controle sobre o seu ambiente individual e social com o objetivo de solucionar problemas advindos da sua vida e da vida de sua comunidade, promovendo mudanças nesse ambiente e também na estrutura societal. A autora ainda ressalta que, pelo fato de todo conceito ser construído em cima de uma práxis, o conceito de Psicologia Comunitária e o de Psicologia Social Comunitária sempre sofrerão mudanças, de acordo com a evolução de suas intervenções e a própria evolução das teorias advindas do campo.

A Psicologia Comunitária dedica-se então em estudar, compreender e intervir no cenário psicossocial que caracteriza uma comunidade. Ela é uma área prática que apresenta uma diversidade de opções teóricas e intencionalidades que estruturam seus modos de fazer. Dessa forma, a mesma apresenta um caráter histórico-crítico e generalista, sendo um campo de trabalho que faz interlocução com movimentos sociais e com outros saberes para inspirar práticas atentas à complexidade do cotidiano (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Apresenta uma metodologia dialógica, dinâmica e transformadora, sendo, portanto, inconcebível uma intervenção previamente construída, sem o conhecimento das necessidades e objetivos das comunidades. Dentre as suas principais características, destacam-se: a sua multidisciplinaridade e transdisciplinaridade; o conceber a comunidade como construída por atores dinâmicos e interdependentes; a ênfase de que o olhar do psicólogo se concentre nas habilidades e capacidades dos atores sociais e não em suas carências e debilidades; apresenta orientação para a transformação social a partir da ação participativa e política e possui caráter predominantemente preventivo (FIEDLER, 2007).

3.1 O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

De acordo com Fiedler (2007), a intervenção comunitária tem origem na América latina quando os profissionais das áreas das ciências humanas e sociais começaram a se envolver de forma direta ou indireta com os movimentos populares que se revoltavam contra as políticas econômicas dos governos em geral, época que surgiu a Psicologia Sócio-Histórica. O homem passou então a ser visto como ativo, dinâmico,

construído e construtor da sociedade, provocando o surgimento de novos campos de atuação para o psicólogo, como por exemplo: as comunidades, a saúde pública, os movimentos sociais, as populações oprimidas e desfavorecidas e as relações de desigualdade social.

No ano de 1962 foi aprovada a profissão de psicólogo no Brasil, período em que os estudantes e profissionais da área começaram a desenvolver o primeiro eixo da aplicação social da Psicologia, denominada psicologia na comunidade.

Silveira (2012) corrobora com a autora acima, colocando que o nascimento da Psicologia Comunitária ocorreu como resposta à insatisfação com o modelo da Psicologia Social que não conseguia atender às problemáticas por meio de ações efetivas, sendo então uma disciplina que nasce da Psicologia Social para enfatizar a questão da opressão dos povos latino-americanos, criticando, assim, o modelo da Psicologia Social dos Estados Unidos, amplamente aplicado na América Latina. Diante disso, a Psicologia Comunitária enfatiza a importância das práticas sociais, estabelecendo uma prática social para o psicólogo atuar em instituições com enfoque social.

Segundo Scarparo e Guareschi (2007), apesar de sua grande relevância, a adoção da comunidade como local de interesse para a Psicologia é considerada tardia. Isso porque a Psicologia Comunitária só foi denominada uma disciplina apenas em 1965, enquanto que a conceituação de comunidade como categoria de análise da Psicologia somente foi utilizada em 1970. Até esse período, o estudo das comunidades era realizado, predominantemente, pela Antropologia e pela Sociologia. Foi a partir do momento que a Psicologia começou a dialogar com outras áreas, com o senso comum e com os contextos sócio-históricos dos quais ela fazia parte, que as interlocuções entre ela e comunidade se tornaram mais intensas.

É importante esclarecer que a Psicologia Comunitária nascida na América Latina tem origens distintas da gerada nos Estados Unidos e na Europa. Nesses últimos ela é iniciada fundamentalmente dos movimentos comunitários e profissionais insatisfeitos com o modelo biomédico de compreensão da saúde mental vigente na década de 1960. Na América Latina, ela é produzida a partir do movimento de crise e transformação da Psicologia Social, influenciada pelos movimentos populares e pelos problemas sociais vividos no continente (NEPOMUCENO ET AL., 2008).

Segundo Góis (2008), a expressão “Psicologia Comunitária” é empregada na América latina desde 1975, com o propósito de se pensar e aplicar uma nova Psicologia Social, oriunda da preocupação e do questionamento de diversos psicólogos de diferentes países latino-americanos, sobre os poucos resultados da Psicologia Social tradicional, e o grande déficit de melhorias e soluções que ela tem deixado diante dos graves problemas socioeconômicos que afetam todo o continente.

Dessa forma, motivados pelo distanciamento dessa ciência dos problemas sociais vigentes em nossa sociedade e a constante falta de resposta para eles, nasceu um grupo de psicólogos sociais que começou a questioná-la na essência de seus objetivos, em suas ideologias, intervenções e resultados; apontando a diversidade cultural, o contexto e a ideologia como questões que deveriam ser primordiais e centrais dentro de uma Psicologia Social eficaz (GÓIS, 2008).

Silva (2012) fala que os psicólogos então se depararam com o desafio de desenvolver uma atuação na qual teoria e prática fossem indissociáveis. Dessa forma, durante os anos 1980 a prática na comunidade aconteceu, visando uma sistematização teórica por meio de pesquisas a respeito do comportamento político das comunidades. Ela buscava por meio das suas várias formas de intervenção transformar a vida das populações desfavorecidas dos países latino-americanos. Já no Brasil, a mesma ganhou adeptos desde o período da ditadura, época em que a prática de uma psicologia transformadora era impossível nas universidades e nas instituições em geral e os psicólogos sociais se voltaram para as comunidades.

No Brasil, a psicóloga social Silvia Lane atentou para a necessidade de os psicólogos voltarem sua atenção para a realidade de seus países, trabalhando em prol da transformação, na direção de uma sociedade mais justa. Lane afirmou, também, que a Psicologia Comunitária resulta da conscientização de que a Psicologia na América Latina deve assumir um papel de destaque na transformação social, em busca de uma Psicologia Social capaz de contribuir com os graves problemas do continente. Para alcançar isso ela estreitou seu relacionamento com psicólogos sociais latino-americanos, atuantes da Psicologia da Libertação, cujo nome mais representativo foi Martín-Baró (SILVA, 2012).

Na opinião de Silvia Lane, a Psicologia Comunitária foi um dos avanços da Psicologia Social na América Latina e os primeiros trabalhos comunitários realizados no Brasil, confundiram-se com os movimentos de resistência e também de militância política. Lane conheceu Martín-Baró em 1986 e ambos afirmavam que a Psicologia Social deveria ser um instrumento de transformação social e este último realizava a superação das contradições existentes dentro da Psicologia, deixando clara a necessidade da atuação na comunidade (SILVA, 2012).

Dessa forma, a prática na comunidade tinha como objetivo a prevenção da saúde mental da população e a educação conscientizadora com um forte caráter político-ideológico de transformação e em muitos casos, de revolução social. Então, a Psicologia Comunitária surge a partir da busca da legitimação de uma psicologia menos elitizada e mais voltada aos problemas sociais, vendo nas comunidades uma população que precisa ser atendida e assistida pelo Estado em suas necessidades e carências. Desta forma, os primeiros psicólogos comunitários a tratar da intervenção comunitária tinham a comunidade como local de intervenção e não como objeto

de estudo; entretanto, eles não deixaram de denunciar a situação conflituosa vivida pelos grupos que conviviam com a falta de direitos sociais, como saúde, educação e informações (FIEDLER, 2007).

Nepomuceno e outros autores (2008) acrescentam que o paradigma emergente da crise da Psicologia Social, entre outros, caracteriza-se pelo reconhecimento do caráter ativo dos sujeitos como produtores da história e a necessidade de incluir no estudo psicológico o ponto de vista dos oprimidos, fomentando a autonomia e a emancipação social desses indivíduos. Como produto dos movimentos de mudança de paradigma científico-profissional e pela forte demanda de mudança social, começa a se desenvolver uma Psicologia Comunitária como práxis de libertação.

Diante da problemática apresentada, o presente artigo tem como objetivo propor uma nova prática de atuação para o psicólogo comunitário brasileiro a partir da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró.

4 O PSICÓLOGO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Viecheneski (2014) afirma que a profissão de psicólogo firmou-se inicialmente numa prática elitista e focada no atendimento clínico e individual. Porém, com o passar do tempo esse profissional foi deslumbrando novas formas de atuação e foi se enquadrando no universo das políticas públicas de assistência social, começando a oferecer o seu serviço às camadas menos favorecidas da população. Assim, a prática psicológica na comunidade tem o objetivo de tentar transformar e modificar as condições de vida da população, propiciando o surgimento da Psicologia comunitária como área de atuação e produção do conhecimento.

Dessa forma, pensar na perspectiva comunitária implica em realizar uma intervenção que origine a inclusão social, o empoderamento, o fortalecimento de vínculos, a mobilização da comunidade, a construção de sentidos e projetos de vida por meio de intervenções psicossociais que reflitam o grupo e sua organização. Entretanto, experiências práticas mostram que não é nada fácil desvincular a imagem do psicólogo tradicional com as demandas de trabalho das áreas da assistência social, áreas que inclusive, ainda, são estranhas a Psicologia (VIECHENESKI, 2014).

De acordo com Nepomuceno e outros autores (2008), a contribuição da Psicologia da Libertação para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária é, sobretudo, apontar para a necessidade de se desenvolver uma prática transformadora da sociedade, apta a lutar em oposição às relações de opressão, servilismo e violência fundamentadas no capitalismo, e auxiliar ainda no fortalecimento de uma perspectiva de construção científica que considere os processos subjetivos do sujeito e sua capacidade de agir na realidade histórico-cultural. Para isso é preciso que se busque

combater práticas alienadas e descontextualizadas, construídas a partir de subsídios teóricos importados acriticamente de realidades diferentes da nossa.

Martín-Baró (1986) propõe que essa nova perspectiva venha “de baixo”, ou seja, das próprias maiorias oprimidas, sugerindo a visão dos processos psicossociais a partir da vertente do dominado, ao invés de enxergá-lo da vertente do dominador:

[...] Como se vê a saúde mental a partir do colono da fazenda, a maturidade pessoal a partir do habitante de um barraco, a motivação a partir da senhora em um mercado? Observem que se diz ‘a partir’ do analfabeto, do desempregado, do colono, da senhora e não ‘para’ eles. Não se trata de pensarmos por eles, de lhes transmitir nossos esquemas ou de resolver os seus problemas; mas trata-se de pensarmos e teorizarmos com eles e a partir deles [...]. (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 192).

Além disso, na opinião dele o psicólogo, de uma forma geral, tem tentado inserir-se nos processos sociais por meio do que ele chamou de “instâncias de controle”. Isso corroborou para que a pretendida assepsia científica se tornasse na prática uma aceitação da perspectiva de quem tem o poder e um atuar tomando como base quem domina. No que se refere à atuação do psicólogo comunitário ele denuncia:

[...] como psicólogos comunitários temos chegado, com frequência, nas comunidades, montados no carro de nossos esquemas e projetos, de nosso saber, e de nosso dinheiro. Não é fácil deixar nosso papel de superioridade profissional ou tecnocrática e trabalhar lado a lado com os grupos populares. Mas se não embarcarmos nesse novo tipo de práxis, que além de transformar a realidade transforma a nós mesmos, dificilmente conseguiremos desenvolver uma Psicologia que contribua para a libertação de nossos povos. (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 194).

Ele então propõe uma nova forma de atuação para o psicólogo, ou seja, uma intervenção em conjunto com a comunidade, que deve participar ativamente com esse profissional na tentativa de solucionar um determinado problema enfrentado por determinada comunidade, a fim de possibilitar a libertação desse público, por meio da ruptura das cadeias de alienação social e das cadeias de opressão social. Nesse processo, a verdade dessas maiorias não deve ser encontrada, mas sim construída. Para que isso aconteça, o psicólogo precisará, portanto, modificar a sua práxis (MARTÍN-BARÓ, 1986).

O psicólogo comunitário vai então atuar e compreender os processos psíquicos resultantes da vida em comunidade, primeiramente, levantando as necessidades da co-

munidade para posteriormente tentar mudanças sociais por meio do desenvolvimento da consciência grupal, sempre considerando a população como sujeitos históricos que são (VIECHENESCHI, 2014).

Corroborando com a autora acima, Freitas (1998) propõe que o psicólogo, ao realizar uma intervenção em uma comunidade, deve inicialmente se orientar pela necessidade de serem detectadas, conhecidas e mapeadas as demandas, dificuldades e problemas vividos pela população para então, posteriormente, serem levantados os objetivos para o trabalho de intervenção. Logo, é um modo de atuação com objetivos estabelecidos a *posteriori*. Nesse processo, existirá inicialmente a incerteza sobre o “quê” e “como” fazer e o desconhecimento sobre as necessidades e a vida da população estarão presentes. Porém, à medida que essas informações vão sendo obtidas, vão sendo delimitados os aspectos e fenômenos como temáticas possíveis para o desenvolvimento do trabalho de intervenção.

Também, irá selecionar ou construir instrumentais para efetivar sua ação. Dessa forma, os objetivos são delimitados dentro de um processo decisório participativo, onde tanto o psicólogo como a própria comunidade e seus respectivos representantes irão estabelecer relações horizontais de discussão, análise e definição sobre elas. Assim, o modo de intervenção a posteriori, confere autonomia à comunidade para a solução de problemas e uma parceria para a elaboração de um serviço eficaz, proposta de intervenção que consiste numa aplicação da Psicologia da Libertação (FREITAS, 1998).

É importante ressaltar que um dos princípios fundamentais da Psicologia Comunitária é a união entre teoria e prática, já que a principal característica dessa forma de atuação é a perspectiva metodológica participativa. Isso possibilita que ela delimite seu campo de competência na luta contra a exclusão de qualquer natureza e no empoderamento social, possibilitando à comunidade ter “voz” e “vez” (VIECHENESKI, 2014).

Em diálogo com a Psicologia da Libertação, a Psicologia Comunitária trata de fenômenos psicossociais produzidos em relação a processos comunitários, levando em conta o contexto cultural e social em que ocorrem, tendo uma orientação para mudança social dirigida ao desenvolvimento comunitário a partir de uma dupla motivação: comunitária e científica. Ao discutir a relevância da Psicologia da Libertação para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária se faz necessário considerar a importância de fortalecer uma prática transformadora da sociedade, disposta a lutar contra as relações de opressão estruturadas no modo de produção capitalista (NEPOMUCENO ET AL., 2008).

Para Nepomuceno e outros autores (2008), é fundamental que se busque desenvolver trabalhos capazes de contribuir para a construção de sujeitos críticos, que promovam a transformação das condições de miséria econômica e opressão política, caminhando para a construção de uma política que revo-

lucione as dimensões micro e macrossocial. Como consequência dos movimentos de mudança de paradigma científico-profissional e pela forte demanda de mudança social, a Psicologia Comunitária começa a se desenvolver como prática de libertação.

Viecheneski (2014) destaca as características que devem fazer parte do perfil de um psicólogo comunitário, são elas: sensibilidade geral e sentido de justiça; aceitação da diversidade do outro; estar sempre aberto para a aprendizagem, sem desprezar o conhecimento proveniente de lugares, pessoas e situações que estão fora dos chamados “centros de saber”; colocando o seu conhecimento a serviço das transformações que forem necessárias e almejadas pelos indivíduos com os quais se vai trabalhar.

Ao mesmo tempo em que o Brasil é um país rico com um grande parque industrial e com um avanço científico tecnológico; é também um país onde o desrespeito à vida e a dignidade humana são práticas comuns. Por exemplo, morrem crianças e adolescentes assassinados, presos são torturados em cárceres degradantes, mulheres e meninas se prostituindo por um prato de comida. As injustiças sociais no Brasil são inúmeras e há muito a se fazer, uma vez que o problema da exclusão social vem de um passado com longa história. O reflexo disso é que a situação da maioria dos brasileiros – sejam eles oriundos do campo ou da cidade – é de miséria e injustiça (SILVEIRA, 2012).

Silveira (2012) justifica que, diante da realidade sócio-histórica brasileira existe a necessidade de uma mudança social a partir da libertação da Psicologia Comunitária no Brasil. Em sua opinião a atuação do psicólogo na comunidade deve seguir a Psicologia da Libertação proposta por Martín-Baró, posicionando-se na busca de respostas aos graves problemas de injustiça social e desigualdades sociais, situando sua prática a partir das circunstâncias concretas dos povos latino-americanos. Assim, a atuação do psicólogo comunitário no Brasil deve se inspirar no objetivo de construir uma Psicologia capaz de ajudar a comunidade a compreender a realidade e poder se libertar dos condicionamentos que a estrutura social impõe aos brasileiros.

A Psicologia Comunitária, influenciada pela Psicologia da libertação, está voltada para o desenvolvimento humano e a mudança sociopolítica de uma realidade psicossocial marcada por relações de dominação e de exclusão social, denominada por Martín-Baró de “Cultura da Pobreza”. Dessa forma, é possível atuar no contexto de vida de uma comunidade pobre vivendo e buscando conhecer a criticamente sua realidade, fortalecendo e criando relações culturais, sociais, econômicas e psicológicas saudáveis; além de facilitar o esforço de organização da população e de sua luta contra a opressão e exploração, tentando possibilitar a sua libertação (SILVEIRA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com a elaboração de sua Psicologia da Libertação, Martín-Baró pretendia realizar uma psicologia crítica, partindo da realidade social vivenciada pelos povos latino-americanos para depois construir um conhecimento teórico relevante. Sua proposta vai além da convencional constatação e interpretação dos fatos, objetivando libertar o ser humano da alienação produzida por uma minoria dominante, atribuindo-lhe autonomia e senso crítico para transformar a sua realidade social, onde o psicólogo social tem um importante papel mediador. Sua psicologia influenciou a Psicologia Comunitária no Brasil.

A Psicologia Comunitária surge a partir da busca da legitimação de uma Psicologia menos elitizada e mais voltada aos problemas sociais. A contribuição da Psicologia da Libertação para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária é apontar para a necessidade de se desenvolver uma prática, propondo a visão dos processos psicossociais a partir da vertente do dominado, ao invés de enxergá-lo da vertente do dominador.

Martín-Baró propõe, ainda, uma intervenção em conjunto com a comunidade, que deve participar ativamente nesse processo. O psicólogo comunitário vai então atuar primeiramente levantando as necessidades da comunidade (método de intervenção a posteriori) para depois tentar mudanças sociais por meio do desenvolvimento da consciência grupal. Além disso, fortalece uma prática transformadora da sociedade, disposta a lutar contra as relações de opressão estruturadas do capitalismo.

Diante da realidade sócio-histórica brasileira existe a necessidade de uma mudança social a partir da libertação da Psicologia Comunitária. Assim, a atuação do psicólogo comunitário no Brasil pode se inspirar na proposta de Martín-Baró no objetivo de construir uma Psicologia capaz de ajudar a comunidade a compreender a realidade e poder se libertar dos condicionamentos que a estrutura social impõe a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social**: perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. p.312-13.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

FIEDLER, R. C. P. **Políticas de extensão em universidades privadas paulistanas**: análise das práticas em psicologia sob o enfoque da psicologia social comunitária. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-

PUC-SP. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br/tdebusca/arquivo.php?codArquivo=5963>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: reflexão e crítica**. Rio Grande do Sul, v.11, n.1, S/m., 1998. p.175-189. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010279721998000100011>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

GÓIS, C. W. L. Psicologia comunitária. **Universitas Ciências da saúde**. Ceará, v.1, n.2, Set., 2008. p.277-297. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/.../332>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MARTÍN-BARÓ, I. Para Uma Psicologia da Libertação. In: GUIZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.). **Psicologia Social Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2009;

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**. S/l, v.2, n.1, s/d, 1996. p.7-27. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/pdf/episic/v2n1/202v2v1pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014. 17:31:33.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NEPOMUCENO, L. B. et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**. Fortaleza- CE, v.39, n.4, dez. 2008. p.456-464. Disponível em: <[http://revistaseletronicas.pucrs.br/Capa/v.39,n.4\(2008\)/Nepomuceno](http://revistaseletronicas.pucrs.br/Capa/v.39,n.4(2008)/Nepomuceno)>. Acesso em: 11 jan. 2015.

RODRIGUES, A. J. et al. **Metodologia Científica**. 4.ed., rev., ampl. Aracaju: UNIT, 2011. (Série bibliográfica).

SCARPARO, H. B. K.; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária e formação profissional. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v.19, n.2, Jul., 2007. p.100-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102...>. Acesso em: 12 fev. 2015.

SILVA, C. M. M. F. **Por uma psicologia social brasileira**: Sílvia Tatiana Maurer Lane. 2012, 157f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br/tdebusca/arquivo.php?codArquivo14875>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

SILVEIRA, K. G. B. **Práticas psicológicas comunitárias nas unidades básicas de saúde de São José dos Pinhais**. 2012, 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR/Details>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

VIECHENESKI, J. C. **O papel do psicólogo comunitário na perspectiva dos membros de uma comunidade e de profissionais da assistência social.** 2014, 44f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <[http:// www.escavador.com/pessoas/122301](http://www.escavador.com/pessoas/122301)>. Acesso em> 14 fev. 2015.

Data do recebimento: 23 de Fervereiro de 2015

Data da avaliação: 23 de Fervereiro de 2015

Data de aceite: 24 de Fervereiro de 2015

1 Graduando do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT.

E-mail: rodrigoalmeida1122@hotmail.com

2 Graduando do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: dion_livros@hotmail.com

3 Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: marianalemosbr@gmail.com

4 Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: sonia_crispim1@hotmail.com

5 Psicóloga e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT.

E-mail: thalitalima@gmail.com